

Juventude encarcerada, Estado omissivo e amortecimento ético da sociedade

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF faz crítica severa ao Estado, à sociedade e à imprensa por colocarem os jovens pobres como “bodes expiatórios” das mazelas sociais

Zilvan Martins
Repórter



A assistente social Joseane Duarte Ouro Alves (à esquerda) faz uma abordagem racional sobre a violência estar diretamente relacionada à questão social em sua dissertação, orientada pela professora Carina Berta Maljo

“A questão social é um caso de polícia”. Esta famosa frase do ex-presidente brasileiro Washington Luís, dita na década de 1920, ficou eternizada. E a ideia expressa nesta máxima parece que vem ganhando cada vez mais adeptos nos dias atuais. Casos de justiça com as próprias mãos são relatados diariamente pela mídia nacional que, às vezes, aborda o fato de forma intolerante, como aconteceu recentemente com a apresentadora do telejornal SBT Brasil. A jornalista fez um comentário polêmico sobre um adolescente que foi espancado por três homens, no Rio de Janeiro, e preso nu pelo pescoço a um poste. “O marginalzinho era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, prefe-

riu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja que pau de galinheiro”, disse a jornalista sobre o jovem, acusado de praticar furtos. Não satisfeita, ela ainda conclui: “E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”. Este discurso deturpado e acrítico – concatenado com a inoperância do Estado brasileiro – que não consegue dar respostas sociais que combatam, de fato, a violência no país – impulsiona crenças de que punições mais severas e a mudança na maioria penal solucionarão o problema da criminalidade. Com isso, a privação de liberdade virou a “fórmula mágica” de resolutividade das

complexas questões enfrentadas pela sociedade. E os jovens pobres, sem perspectivas, são eleitos como o “grande inimigo interno”, colocando nossa juventude mais carente no lugar de “bodes expiatórios” das mazelas sociais. Uma crítica severa a este estado de coisas – com uma abordagem racional de que a violência está diretamente relacionada à questão social – é o mote da dissertação de mestrado intitulada “A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada”. A dissertação foi apresentada pela assistente social Joseane Duarte Ouro Alves, em novembro de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nas mais de 180 páginas do seu trabalho, a

autora dedica-se a compreender o fenômeno da criminalização da questão social no contexto da sociedade brasileira, dando ênfase a como esse processo se apresenta no que se refere à juventude criminalizada de nosso país. A principal conclusão do seu trabalho foi mostrar que estes jovens encarcerados são violados em seus direitos muito antes de se tornarem violadores de direitos. Apesar de aparentemente óbvia, essa tarefa, segundo Joseane, faz-se fundamental no contexto em que vivemos.

“Hoje o caráter violento de fatos não criminalizados, mas extremamente danosos socialmente – como a fome, a falta de acesso à saúde e à educação e a concentração de renda – são dispendiosamente discutidos e tratados como problemas naturais. E um Estado que viola a dignidade e os direitos humanos jamais poderá funcionar como redutor de índices de criminalidade, pois ele mesmo é criminoso e incita a violência ao gerar a desumanização dos sujeitos sob seu domínio. E, infelizmente, podemos conjecturar que as mortes evitadas com a superação da desnutrição infantil no Brasil podem ter sido “transferidas” para estas mesmas crianças ao atingirem a adolescência”, afirma a pesquisadora.

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Uma das preocupações do trabalho foi apresentar a base histórica dos nossos problemas sociais. Afinal, como afirma Caio Prado Júnior, um dos autores citados na dissertação, “os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente”. Joseane debruçou-se sobre a história brasileira pela lente de autores vinculados às teorias sociais críticas de interpretação do passado nacional. “Começar pelo passado fez-se imprescindível, pois somente na história encontram-se os veios capazes de explicar grande parte de nosso tempo presente.” Segundo a orientadora da dissertação, professora Carina Berta Moljo, este resgate histórico foi essencial para mostrar que ninguém nasce criminoso e que a sociedade penaliza, diariamente, quem não tem condições financeiras para determinadas pseudonecessidades. “A sociedade cria necessidades o tempo inteiro. Contudo, esta mesma sociedade sequer consegue atender as necessidades básicas de subsistência como alimentação, saúde e educação. Com isso, os jovens mais pobres são duplamente penaliza-

dos porque eles não têm sequer a capacidade de subsistência e muito menos condições de consumir o supérfluo.”

“A sociedade cria necessidades o tempo inteiro. Contudo, esta mesma sociedade sequer consegue atender as necessidades básicas de subsistência como alimentação, saúde e educação. Com isso, os jovens mais pobres são duplamente penalizados porque eles não têm sequer a capacidade de subsistência e muito menos condições de consumir o supérfluo”

(Carina Berta Moljo, orientadora da dissertação)

PESQUISA DE CAMPO

Dar voz aos jovens criminalizados foi uma preocupação da assistente social que realizou uma pesquisa de campo, durante quatro meses, com adolescentes privados de liberdade que se encontravam na Unidade de Internação Socioeducativa da região metropolitana do Espírito Santo (Unis). Joseane já tinha experiências cotidianas com este público por meio do exercício profissional como assistente social do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, lotada na 2ª Vara da Infância e Juventude de Vitória –VIJ/Vitória, especializada em medidas socioeducativas. Baseada em uma amostra qualitativa, foram realizadas dez entrevistas individuais. Ouvir a versão da história dos sujeitos, contada por eles mesmos, foi a forma que a pesquisadora encontrou para resgatar informações que dizem respeito a uma parcela da sociedade que não encontra espaços em que possa falar e ser ouvida. Esta metodologia adotada foi um dos diferenciais da sua pesquisa, segundo a orientadora. “Uma das características do mestrado em

Serviço Social da UFJF é ter um programa com um olhar crítico da realidade que vivemos. A dissertação da Joseane destaca-se não somente pelo rigor teórico, mas pela profundidade das entrevistas que fez. Aí está a originalidade do trabalho. Ela conseguiu dar voz aos jovens encarcerados. Esta foi uma das estratégias eleitas como possível mecanismo de desconstrução de preconceitos e estigmas”, ressalta Carina. Durante a pesquisa de campo, a autora constatou que a realidade da Unis era semelhante à de outros estabelecimentos de privação de liberdade do país: insalubridade das instalações, obscuros recursos, falta de programas de escolarização, de cursos profissionalizantes, assistência jurídica, de saúde, entre outras tantas necessidades. Em síntese, numa conjugação de condições subumanas de manutenção de seus internos. Foi verificado, também, que os técnicos do Estado, em suas diversas esferas, reproduzem de maneira exaustiva a máxima de que, após certa idade, não há “caminho de volta” para essa juventude.

A IMINÊNCIA DA MORTE

Durante as entrevistas com os adolescentes – acautelados por diversos motivos como furtos, tráfico e homicídio – a naturalização de situações envolvendo a morte violenta de amigos, familiares e pessoas conhecidas por eles chama a atenção. Estas mortes, na maior parte das trajetórias relatadas, resultam de fatores externos relacionados à violência urbana e às questões referentes ao território.

Neste sentido, segundo a pesquisa, torna-se forçoso reconhecer que a privação da liberdade imposta aos jovens entrevistados constituiu, na interpretação e na reflexão elaborada por eles – “uma chance de viver” – como alguns verbalizaram. O “dar um tempo”, imposto pela privação de liberdade, também foi a expressão utilizada para simbolizar a consciência de que o risco extramuros foi temporariamente bloqueado pela ação do Estado. “Este efeito da privação de liberdade torna-se um instrumento de proteção às avessas que infelizmente fundamenta a ação de assistentes sociais, psicólogos, juízes, promotores, dentre outros”, lamenta Joseane. Outro ponto tocado por todos os jovens entrevistados foi a importância do consumo como um dos elementos determinantes para o cometimento dos atos infracionais. Ainda que as motivações que resultaram nessa necessidade sejam particulares – alguns fazem referência a mínimos fundamentais e outros a necessidades

Dados de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e/ou mortos no Brasil nos últimos anos



20.081 adolescentes em cumprimento de medidas de privação e restrição de liberdade no país. Destes, 18.378 cumprem medida socioeducativa de internação, enquanto 1.703 estão no regime da semiliberdade.*



90% do sexo masculino; 76% com idade entre 16 e 18 anos; mais de 60% são negros; 51% não frequentavam escola e 49% não trabalhavam.



No Brasil, em média, para cada 10mil adolescentes entre 12 e 17 anos, há 8,8 cumprindo medida de privação ou restrição de liberdade.



A maior proporção de internos em relação à população adolescente é no Distrito Federal, com 29,6 adolescentes para cada 10 mil, seguido pelo estado do Acre (19,7), São Paulo (17,8) Pernambuco (14,8) e Espírito Santo (13,4).



Nos últimos 30 anos, o país registrou um crescimento de 346% nas mortes desse segmento. O país ocupa o 3º lugar entre 99 países.



176.044 crianças e adolescentes vítimas da violência letal nas últimas três décadas no Brasil.

* Inspeções realizadas em 88,5% das unidades de internação e semiliberdade do Brasil.

Fontes: Conselho Nacional de Justiça/CNJ, (2012); Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP (2013).

socialmente construídas – é fato que todos estavam aliados da dinâmica do consumo como apregoado por uma sociedade ancorada no mercado.

“A realidade destes jovens faz-nos refletir alguns aspectos com relação à(s) juventude(s) e as diferentes oportunidades apresentadas a cada uma delas de acordo com sua posição social. A noção de juventude como momento de preparação para uma vida adulta plena, em que os jovens desenvolvem seus estudos com vistas à inserção no mundo produtivo, não encontra correspondência na vida dos entrevistados. Dessa forma, reconhecer que o abandono dos jovens de nossas periferias materializa-se na ausência de estímulos para que consigam ascender à vida adulta, com um mínimo de bagagem, é a perversa realidade deste sistema econômico sob o qual vivemos,” constata a pesquisadora.

O ECA E SUA CRISE DE EFETIVAÇÃO

Os marcos regulatórios que normatizam a vida das crianças e dos adolescentes também foram abordados na dissertação que relatou o processo de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo Joseane, o ECA é uma legislação avançada em termos de leis. O que ainda não conseguimos foi implantá-lo de fato. “O poder judiciário tem dificuldade de interpretar o ECA corretamente e, às vezes, aplica medida de caráter punitiva achando que vai proteger o adolescente dele mesmo, o que gera mais malefícios. Por outro lado, temos a crise de implementação. O Estado precisa garantir recursos públicos para que estes centros socioeducativos funcionem corretamente, com garantia de direitos, sem tortura, sem ferir a dignidade humana. O que podemos concluir, em acordo com o que história tem o poder de demonstrar, é que a regulamentação formal do direito no Brasil não garante a existência real de condições para sua efetivação.”

+ MAIS

Joseane Duarte Ouro Alves Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UFJF; graduada em Serviço Social pela UFJF; assistente social do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/0302212895747341>

Carina Berta Moljo Doutorado e Pós-doutorado na PUC-SP; Licen Trabajo Social, Universidade Nacional de Rosario, Argentina; pesquisadora do CNPq, Grupo de Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas
<http://lattes.cnpq.br/3960109794312109>

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/>